



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTROLE INTERNO

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.535/TCM, de 01 de Julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do **Processo nº 4.130/2018**, referente ao **Pregão Eletrônico Nº 017/2018-SEMEC**, que tem como objeto a **aquisição de Hard Drive-HD com capacidade de armazenamento de 1TB e 500GB para atender a equipe de informática/NUSP/SEMEC**, homologado pela CONTRATANTE Secretaria Municipal de Educação-SEMEC com as empresas **TREND Comercial EIRELI**, no valor de **R\$ 7.996,80 (Sete mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos)**, referente ao **Item 01**, e **PA Comércio e Serviços Gerais EIRELI-ME**, no valor de **R\$ 6.086,70 (Seis mil, oitenta e seis reais e setenta centavos)**, referente ao **Item 02**, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o Processo Licitatório, encontra-se:

(X) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases internas de **habilitação, julgamento, publicidade** e contratação estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

(...) Revestidos parcialmente das formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a(s) seguinte(s) ressalva(s):

(...) Com irregularidade(s) de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade(s) enumerada(s) a seguir:

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório supramencionado encontra-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Coordenadora do Controle Interno